Chão alternativo¹

Marcos A. da Silva²

A Tese de Doutorado de Pedro Vicente Costa Sobrinho **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81)** traz importantes contribuições para a compreensão da História da Imprensa Alternativa no Brasil e da Luta pela Terra nos anos 70 e 80 do século XX. A escolha dos jornais **Nós Irmãos** e **Varadouro**, editados no Acre, relembra a pluralidade de experiências jornalísticas no Brasil da ditadura militar, que ia muito além dos tradicionais grandes centros nacionais de produção de Imprensa (Rio de Janeiro e São Paulo), permitindo refletir sobre sujeitos, movimentos sociais e questões debatidas à época.

O trabalho se destaca ainda pelo cuidado empírico de caracterizar os temas explorados naqueles periódicos e sua materialidade de Imprensa – estilos textuais, imagens, etc.. Alia-se a isso a preocupação erudita de debater uma bibliografia ampla e diversificada e o apelo a documentação complementar de grande interesse, em particular, entrevistas com sujeitos do período. A solidez do texto está apoiada, por fim, na experiência anterior de pesquisa do próprio Pedro e em seu convívio direto com muitos dos personagens agora estudados (Idem, 1992).

¹ Este texto comenta a obra:

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente – **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81)**. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, apresentada à ECA/USP. São Paulo, digitado, 2000.

² Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP)

Sua caracterização preliminar da ditadura apontou adequadamente as agressões contra a liberdade de Imprensa durante a vigência daquela forma de governo. Essa necessária postura deixou de salientar, todavia, responsabilidades de influentes órgãos de Imprensa na implantação da ditadura: **O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo** e **Correio da Manhã**, dentre outros, não estavam fora do primeiro poder ditatorial e, ao sofrerem consequências posteriores (censura, pressões, fechamento do último), apenas receberam picadas de cobras que criaram, para não dizer que foram cobras suicidas.

Nesse sentido, controle e docilização de influentes setores da grande Imprensa nem sempre foram tão necessários para o regime - amplamente legitimado por importantes jornais, revistas, emissoras de rádio e canais de televisão - ou corresponderam, em alguns casos, a nuances de autoritarismo, de que alguns daqueles órgãos eram ativos agentes. É claro que era outra a situação da Imprensa Alternativa e por isso mesmo, merece não ser confundida com a Imprensa em geral naquele período.

Um lema reiteradamente repetido na Tese é que essa Imprensa Alternativa, ligada à Igreja Católica no Acre, deu *"espaço para que a voz das classes subalternas pudesse ser ouvida"* (p 10 e inúmeras retomadas ao longo da tese), configurando-a como *"veículo alternativo de comunicação a serviço dos marginalizados"* (p 12), versão radical do processo, mas aceitável pela ortodoxia católica. Nessa formulação, Igreja Católica e CEBs figuram como doadores de voz aos outros (classes subalternas), fazendo pensar menos nessas classes na condição de grupos em luta e naquela voz como conquista de classe. A idealização do processo leva a pensar sobre Igreja Católica e Imprensa Alternativa como extremamente altruístas, sem projetos próprios de poder.

Daí, **Nós Irmãos** e **Varadouro**, tenderem a aparecer como centro do processo social. Eles tiveram extrema importância junto com outras forças da sociedade e, ao mesmo tempo, requerem uma análise crítica de seus vínculos institucionais com a Igreja Católica.

Há, todavia, um excessivo respeito da Tese em relação à Igreja Católica, explicitado desde a dedicatória a Moacyr Grechi, bispo acreano, *"santo e ídolo"*, respeito esse desdobrado no papel central

atribuído à instituição em todo o processo discutido e na adoção de terminologia própria da catequese católica – “*povo de Deus*”, por exemplo.

Certamente, setores católicos, inclusive de sua hierarquia, merecem toda consideração naquela terrível conjuntura ditatorial, levando em conta sua coragem e a real defesa da população dominada em muitas ocasiões. Lendo a Tese de Pedro, pensei na hipótese de se entenderem aqueles setores católicos como espaço de defesa da Lei, que a ditadura desprezava sistematicamente, o que se observa, dentre outros momentos, na viagem de Grechi ao Seringal São Francisco do Iracema, a fim de garantir vidas.

Os problemas que restam são: A defesa da Lei, embora necessária, se confunde com os interesses dos dominados? A hierarquia da Igreja Católica e seu aparato leigo, naquele contexto, transformaram-se em intelectual coletivo dos trabalhadores ou preservaram ciosamente, junto com posições muito justas, seu papel de intelectuais tradicionais, pretendendo pensar pelos outros? Se a Igreja Católica foi Lei num tempo sem Lei, a necessidade da crítica continuava naquele momento e se mantém até hoje.

Essas indagações se inspiram na tradição teórica e política que Pedro evocou (Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Lukacs, Bakhtin – p 22). Embora não me interesse cobrar nenhuma ortodoxia ou fidelidade em relação à letra daqueles Autores, penso sobre o diálogo estabelecido pela Tese com os debates sobre ideologia, hegemonia e consciência de classe, para ficar em algumas grandes problemáticas que os referidos pensadores construíram. Receio que a transferência em bloco das tarefas de pensamento e organização dos setores populares para a Igreja Católica e a Lei signifique a perda de posturas críticas que aqueles Autores cultivaram em grandes clássicos, como **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** e **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, dentre outros¹. As conseqüências daquele respeito incidem menos sobre a “honra teórica” dessa tradição que sobre a identificação de forças populares no universo ditatorial - e depois.

Na “Introdução” do volume, Pedro define a linha editorial de **Varadouro** pela unicidade dos trabalhadores:

“(...) só havia uma versão para o Varadouro, a dos trabalhadores; a outra ficava para ser veiculada pelos outros jornais” (p 13).

Na análise mais minuciosa daquele jornal, o tema reaparece nos seguintes termos:

“(...) só uma versão era merecedora de credibilidade: a do posseiro, seringueiro, índio etc., em resumo, a do oprimido da cidade e floresta” (p 161).

Essa identificação é muito eficaz no sentido de afastar aquele periódico da ideologia dominante. Perde de vista, todavia, contradições internas dos trabalhadores e diferenças possíveis em suas versões das experiências sociais, que aparecem na descrição empírica dos materiais – índios e colonos diante da ocupação da terra, por exemplo. Ao mesmo tempo, negligencia as mediações de intelectuais tradicionais na elaboração do produto jornalístico final, sugerindo um naturalismo da notícia pouco crível.

O esforço do Autor para caracterizar as especificidades de **Nós Irmãos** e **Varadouro** no panorama da Imprensa Alternativa brasileira é diminuído quando o fim de **Varadouro** foi equiparado ao de seus congêneres de outros estados. Essa passagem do texto merece ser revista, visando a valorizar mais as conquistas de análise atingidas, que efetivamente ampliam a compreensão do fenômeno do jornalismo alternativo no Brasil ditatorial.

A definição inicial da economia amazônica, no capítulo “A Reconquista da Amazônia Ocidental” (pp 26/43), privilegiou primeiramente uma visão macro, onde quase não apareceram seringueiros, índios e outros agentes tão importantes para os jornais estudados – a primeira menção ao seringueiro surgiu na nota 14, p 206 -, havendo ênfase na propriedade da terra. Quando índios, posseiros e seringueiros foram identificados plenamente nesse capítulo (p 39), figuraram antes como vítimas (sobre os primeiros: “presa fácil”), e não enquanto sujeitos oponentes. O grande destaque aos novos proprietários forâneos, os “paulistas”, diminuiu o peso de propriedade e violência contra os

pobres antes da conjuntura estudada e as responsabilidades de elites acreanas em todo o processo. Adiante, Pedro falará em servilismo das elites locais diante dos forâneos: não seria, antes, solidariedade de classe? Certamente, o Autor retoma um termo e uma explicação presentes nos argumentos do período – os novos proprietários como “paulistas”. Falta explicar esse fenômeno e criticar seus limites.

A caracterização da Igreja Católica no capítulo “A Igreja do Acre e Purus Elege o Povo de Deus” (pp 44/55) está muito mesclada aos pontos de vista da própria instituição, como se observa na frase, quase *slogan*, “Justiça, paz e defesa dos direitos humanos caminharão juntos com o seu trabalho de semear a fé e salvar almas” (p 48).

São argumentos católicos que exigem análise crítica porque se desdobram em questões como “quando o povo da Igreja começou a andar com seus próprios pés, pensar com sua própria cabeça e lutar pelos seus direitos, unindo-se e organizando-se” (trecho de Clodovis Boff, **Deus e o Homem no Inferno Verde**, citado por Pedro, p 49). Até então, esse povo não andava, não pensava, não lutava, não se unia nem se organizava? Quais os limites entre “povo da Igreja”, “povo de Deus” e povo tout court? Numa república (coisa do povo, poder como tarefa dos cidadãos), quais os significados de se falar em “povo de Deus”? O “Grupo de Elevação Social e Cultural do Acre” (GESCA), incentivado pela Igreja Católica, pressupõe sociedade e cultura acreanas “baixas”?

Sem reflexão, esses argumentos são assimilados passivamente e comprometem o viés interpretativo da Tese, afastando-a daquela tradição teórica e política evocada. Sobre isto, a pesquisa acadêmica pode aprender muito com o saudável desrespeito crítico presente num poema de Artur Rimbaud:

“Como aroma de pão que tem de vela odor,
Felizes, humilhados cachorros malcheirosos,
Os pobres do bom Deus, o patrão e o senhor,
Esticam suas preces ridículas, teimosos.”³

O debate sobre a Igreja Católica no Brasil republicano engloba lutas daquela instituição pela hegemonia, como se observa, desde o

início do século XX, dentre outros, em Pedro Sinzig e intelectuais leigos preocupados com a garantia da ascendência católica sobre os negócios públicos (SINZIG, 1911) Mais para meados do século, aquela luta abrangeu enfrentar o PC do B (e não apenas defensivamente, como sugere Pedro na p 46) e até apoiar o golpe de 1964 (PIERUCI, apud FAUSTO, 1984). É claro que a instituição não é monolítica no que se refere às pessoas ali atuantes e suas posturas predominantes nos anos 70 são diferentes daquelas das décadas de 40 a 60, sem que isso signifique apagar uma História, esquecer objetivos institucionais nem perder interesses específicos de poder.

Pedro cita a reportagem “Acre muda base econômica e causa tensão nos seringais”, de Ribamar Fonseca, publicada no **Jornal do Brasil** de 24 de junho de 1974. Nela, aparece um belo tema: a recusa por seringueiros de abandonarem as terras onde viviam⁴. A Tese, todavia, atribui peso preponderante às instâncias organizativas, em detrimento dos trabalhadores, que, na p 68, aparecem em terceiro lugar como fator explicativo do fortalecimento dos sindicatos, após a ação da CONTAG e o apoio da Igreja Católica, e na condição de “receptividade”, reforçando uma imagem passiva daqueles sujeitos.

Posteriormente, ao falar sobre lutas pela moradia em Rio Branco, Pedro coloca as CEBs como originárias da organização (p 129), sem explorar culturas daquela população que podem ter participado de tais atividades, o que também se manifesta na atribuição de papel iniciador à Igreja Católica na criação de associações de bairro (p 131). Em sentido paralelo, um balanço sobre conquistas acreanas dos anos 70 privilegiou investimentos em infra-estrutura, integração ao espaço nacional e ruptura do isolamento do estado, deixando de referir os próprios movimentos sociais (p 139). As referências ao governo de Geraldo Mesquita (pp 141 / 142) reforçam o ângulo governamental de mudanças ocorridas no Acre, a ponto de ser evocada declaração de Grechi sobre a alegria do governador “*porque o acreano finalmente se organizou*”, caso raro que mereceria maior investigação.

O tema da “abertura política” aparece num dos tópicos do capítulo “A Imprensa Nacional e os Conflitos na Fronteira” (pp 56/72). No capítulo seguinte, a “*distensão lenta, gradual e segura do general-presidente Ernesto Geisel*” é citada (p 99) - seguida de importantes evidên-

cias empíricas sobre linha dura militar, torturas e mortes, Lei Falcão e Chacina da Lapa, exemplos do que também era abertura... – e reafirmada, em “frestas”, na p 153.

Essa noção mereceria maior debate para não se consolidar como quer a ideologia dominante – postura esclarecida do General Geisel e de seus auxiliares. Nesse sentido, poderiam ser incorporados a essa discussão o depoimento que Geisel deu a pesquisadores do CPDOC/FGV, o livro de Kucinski sobre o período e os interessantes estudos que o CEBRAP desenvolveu nos anos '70 sobre diferentes grupos e movimentos sociais em São Paulo (T'ARAÚJO e CASTRO, 1997; KUCINSKI, 1982; CAMARGO, 1976; SINGER e BRANT, 1980)..

No capítulo “**Nós Irmãos: Tribuna do Povo de Deus**” (pp 73/137), que dá início ao núcleo da Tese, Pedro utilizou muitas expressões extraídas do jornal como epígrafe ou título dos tópicos. Destaco a segunda epígrafe do capítulo, recolhida no número de janeiro de 1976 do boletim:

“Nós Irmãos:
Quer ouvir a voz de todos...
Quer dar a palavra aos calados...”

Os dois tópicos iniciais do mesmo capítulo falam que “A Igreja quer se comunicar” e “A Igreja quer libertar”, dando continuidade ao excesso de querer eclesiais e à pretensão doadora da mesma instituição⁵. A explicação do processo tende ao personalismo e ao voluntarismo quando se refere a Giocondo Grotti, bispo que antecedeu Grechi, bastante claro numa fala dirigida aos monitores de CEBs, em setembro de 1971:

“Agora, ao encerrar o encontro vos quero saudar, não com palavras minhas, mas com palavras do Espírito; (...)”
(p 74 da Tese).

Essa passagem reveste a fala de Grotti de teor sagrado: o Espírito é onipotente e onisciente, cabe aos ouvintes segui-lo, sem mais debates. Apesar das justas posições que ele e outros católicos tomaram

naquela conjuntura, é preciso pensar sobre o significado do sagrado no mundo da combalida cidadania durante a ditadura. Por outro lado, todo o movimento social acreano do período era católico praticante? Ao menos em relação aos índios, a resposta é negativa.

Tal abordagem personalista e voluntarista também se manifesta em relação a Moacyr Grechi, o Conselho Presbiterial e sua opção pelo “*Povo de Deus*”, que transforma os movimentos sociais em História vista pelo alto. A mensagem de Natal de Grechi, em 1973, caracteriza os pobres pelo sofrimento, pela necessidade de ajuda e pela posse do Reino de Deus. Apesar das tintas doloridas, pouco condizentes com milagres econômicos e similares, a frase não soaria estranha na boca dos ditadores ou, mais recentemente, de Fernando Henrique Cardoso, depois da conversão diante das câmeras de tv: qual o problema para o sistema de os pobres possuírem o Reino de Deus, se o lucrativo reino daqui está assegurado para outros?

Nós Irmãos fala em

“animar os trabalhadores a assumir sua organização (...) para que tenham condição de lutar em favor dos seus direitos” (p 96).

É um vocabulário que merece toda a atenção. Animar é dotar de alma – quem não tem alma é animal, vegetal ou coisa. Preparar para o amanhã de lutas é assumir tutela sobre o presente, mesmo que o negue. No mesmo sentido, a identificação de “(...) *uma posição doutrinal e paternalista*(...)” em editorial de **Varadouro** (p 189 da Tese) convida a discutir as conseqüências políticas daquelas posturas – doutrina e pais postiços são candidatos a tiranos.

Um tema de grande interesse que Pedro indica em **Nós Irmãos** e, depois, em **Varadouro** é a questão do meio ambiente, em sentido diverso de alguns debates ecologistas porque muito mais associado a sobrevivência cotidiana e a direitos do trabalhador, evocando a liderança de Chico Mendes nesse campo.⁶ A crítica a uma “*concepção ingênua*” da perfeita simbiose entre homem da floresta e meio ambiente (p 147) contém grandes potencialidades mas é prejudicada pela falta de identificação dos portadores daquela postura. Ao mesmo tem-

po, ela tende a nivelar usos da floresta pelos seus habitantes ao extermínio de plantas e animais em escala industrial, para fins de mercado nacional ou internacional, pelos ocupantes da terra a partir dos anos 70

As reflexões sobre vida cultural acreana – principalmente, de Rio Branco – mantêm o destaque para a ação da Igreja Católica e das CEBs, introduzindo novos agentes, como o SESC, algumas escolas, e a UFAC, dentre outros. Essa abordagem reforça uma imagem tradicional de cultura (artes, ciências, livros, cine-clubes, bibliotecas, teatro, etc.), deixando de pensar no próprio cotidiano dos grupos sociais dominados como prática cultural. Certamente, o Autor mencionará depois a questão indígena nas páginas de **Varadouro** mas preservará aquela concepção dominante de cultura. Ao mesmo tempo, considerar o período de 1971 a 1981 como “*Década das Luzes’ no Acre*” (p 146) diminui o impacto das lutas travadas contra tantas trevas.

A caracterização do público leitor de **Varadouro** é um aspecto importante da pesquisa, englobando CEBs, sindicatos e setores de classe média – UFAC, técnicos de várias repartições públicas, comerciantes, pequenos industriais e fazendeiros. Há uma informação de grande interesse, já na Conclusão da Tese, sobre leitura em voz alta do jornal para analfabetos (p 201), que merece maior exploração analítica.

No debate sobre a pauta de **Varadouro**, foi reproduzido trecho de um editorial em que o jornal se definiu como dotado de

“(...) uma forma rude, cabocla, sem técnica, cheio de limitações (...)” (p 168).

Entendo esse trecho como exemplo de uma retórica da humildade, que está muito longe de informações apresentadas pelo próprio Pedro: formação intelectual refinada de quase todos os dirigentes e redatores (ex-estudante de Belas Artes, ex-seminarista, Mestrado em Antropologia, advogado) formação e experiência jornalísticas dos mais importantes dentre eles (Elson, Sílvio, Antonio, Suede), atualização sobre rumos da Imprensa brasileira...

Através dessas e de outras questões, o estudo de Pedro Vicente se constitui numa referência sobre História das Lutas pela Terra e da Imprensa Alternativa no Acre. Percorrendo suas páginas neste final

de século XX, nasce uma sensação de saudade em relação àquele Brasil de debates, invenções, conquistas dos anos 70, apesar da ditadura, contra a ditadura: como era bom!

Há uma canção de Caetano Veloso, do final dos anos 60, que tematiza bem uma sensação semelhante, referindo-se à bossa nova:

“Ah, como era bom! Mas chega de saudade.

A realidade é que aprendemos com João

P’ra sempre ser desafinado.

Chega de saudade!”.

(Caetano Veloso, Saudosismo)

Vale a pena transferir o raciocínio dessa música para a Imprensa Alternativa e a Luta pela Terra: como era bom! O que aprendemos com elas?

A Tese de Pedro é um importante instrumento para responder a essa pergunta: Chega de saudade, rumo a outras Imprensas e outras Lutas!

NOTAS

- 3 RIMBAUD, Artur – “Os Pobres na Igreja”. Tradução inédita de Marcos A. da Silva.
- 4 Cabe lembrar que assunto similar foi pensado historiograficamente apenas em relação a trabalhadores fabris do período: MARONIS, Amnéris – **A Estratégia da Recusa**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 5 A esse respeito, seria conveniente acompanhar as discussões de: ROMANO, Roberto – **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo, Kairós, 1979.
- 6 Um debate paralelo a esse figura na pesquisa de Maria de Fátima Vieira de Carvalho, ainda inédita, sobre poluição no ambiente fabril de trabalho, doença profissional e lutas de trabalhadores
- 7 CARVALHO, Maria de Fátima Vieira de - **Saúde e Trabalho – A Silicose na Indústria de Materiais Cerâmicos**. Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, Digitado, 1996.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, Cândido Procópio et al. **São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza**. São Paulo, Loyola, 1976.
- CARVALHO, Maria de Fátima Vieira de - **Saúde e Trabalho - A Silicose na Indústria de Materiais Cerâmicos**. Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, Digitado, 1996.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental**. São Paulo/Rio Branco, Cortez/UFAC, 1992
- DREYFUSS, René - **1964 - A Conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- GRAMSCI, Antonio - **Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- KUCINSKI, Bernardo - **Abertura - História de uma Crise**. São Paulo, Brasil Debates, 1982.
- MARONIS, Amnéris - **A Estratégia da Recusa**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl - **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- PIERUCI, Antonio F. O., SOUZA, Beatriz M. e CAMARGO, Cândido P. - "Igreja Católica: 1945/1970", In: FAUSTO, Boris (Dir.) — **O Brasil Republicano Economia e Cultura (1930/1964)**. São Paulo, DIFEL, 1984, pp 343/380 (História Geral da Civilização Brasileira - III, 4, 11).
- ROMANO, Roberto - **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo, Kairós, 1979
- SILVA, Marcos A. da - **Caricata República - Zé Povo e o Brasil**. São Paulo/Brasília, Marco Zero/CNPq, 1990 (Onde Está a República?).
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.) - **São Paulo - O Povo em Movimento**. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980
- SINZIG, Pedro - **A Caricatura na Imprensa Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1911 (Biblioteca Universal - 2).
- TARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.) **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, FGV, 1997.